

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Evolução do contexto social e normativo da proteção estatal da Pessoa com Deficiência.....	5
1.1. História da vulnerabilidade da Pessoa com Deficiência.....	5
1.2. A caracterização do Trabalho como direito fundamental da Pessoa com Deficiência.	9
1.3. A proteção internacional ao trabalho da Pessoa com Deficiência.....	16
1.4. Instrumentos internacionais de direitos humanos	21
Capítulo II – A construção da cidadania constitucional através de Ações Afirmativas	39
2.1 A Pessoa com Deficiência no Direito Constitucional Brasileiro	39
2.2 A constitucionalidade das Ações Afirmativas.....	43
2.3 A concretização dos postulados constitucionais pela legislação ordinária.....	46
2.4 Notas sobre a experiência de trabalho inclusivo na legislação estrangeira.....	58
2.4.1 Análise de legislação correlata nos Países da América Latina	59
2.4.2 Análise de legislação correlata na Zona Ibérica do Euro (Portugal e Espanha)	69
2.4.3 Análise de legislação correlata nos Estados Unidos da América.....	71

Capítulo III - Os conceitos de estereótipo, estigma e a teoria da interseccionalidade aplicadas às pessoas com deficiência73

- 3.1 Os impactos práticos da estigmatização das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: o que diz a literatura especializada.....78
- 3.2 Ausência de acessibilidade como critério agravante de exclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho 86
- 3.3 Ausência de escolaridade ou capacitação como critério agravante de exclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho.....89
- 3.4 O receio da perda do benefício de prestação continuada: O BPC como motivo de afastamento da Pessoa com Deficiência da busca por inserção laboral 96
- 3.5 A ausência de políticas públicas interligadas à lei de cotas como entrave à efetividade da inserção das PCD ao mercado de trabalho97
- 3.6 A ausência de transformação cultural agregada à obrigatoriedade de contratação por cotas como motivo de manutenção do status quo 101

Capítulo IV - A percepção das pessoas com deficiência sobre a efetividade da lei de cotas: enquête 105

- 4.1 Escolhas na formulação do questionário.....105
 - 4.1.1 Dados de identificação do voluntário105
 - 4.1.2 Primeira sessão de perguntas.....107
 - 4.1.3 Segunda sessão de perguntas 113
- 4.2 Respostas utilizando o cruzamento de dois diferentes dados de pesquisa 119
 - 4.2.1 Respostas cruzadas referentes ao benefício da prestação continuada – BPC..... 120

4.2.2 Respostas cruzadas referentes à percepção de promoções 128

4.2.3 Respostas cruzadas referentes à percepção de demissões ... 133

Capítulo V - O Associativismo como opção de empregabilidade: estudo de caso da associação niteroiense dos deficientes físicos – ANDEF 139

5.1 A criação da ANDEF em 1981 e os primeiros passos. 141

5.2 A conquista da autossustentabilidade e protagonismo na década de 1990..... 147

5.3 Da construção da sede social em 2000 até os reflexos com a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro em 2015 149

5.4 Os desafios pós-crise econômica no Estado do Rio de Janeiro de 2015 e paralimpíadas de 2016..... 162

5.5 Observações do pesquisador no campo: uma etnografia da ANDEF..... 163

5.5.1 Porta de entrada..... 163

5.5.2 A estética da deficiência da ANDEF 167

5.5.3 O viés político da entidade..... 170

5.5.4 Notas etnográficas sobre emprego e deficiência na visão de diferentes atores sociais da ANDEF..... 173

Capítulo VI - O futuro do direito do trabalho e o reflexo na lei de cotas 181

6.1 O trabalho de agora e o futuro do trabalho 181

6.2 O olhar da OIT sobre o futuro do trabalho 187

6.3 O olhar do Banco Mundial sobre o futuro do trabalho 191

6.4 O futuro do trabalho e as leis de cotas..... 193

6.4.1 A reforma trabalhista, a possibilidade de terceirização irrestrita e o cumprimento da lei de cotas	193
6.4.2 A ascensão da gig-economy, a retração da relação formal de emprego e os riscos à efetividade da inserção da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho	196
6.4.3 Da ausência da regulamentação trabalhista dos serviços por plataformas ao prejuízo das garantias individuais e sociais dos trabalhadores da gig-economy	200
Considerações finais.....	213
Referências.....	217